

PROJETOS DE PESQUISA APLICADA

Destaques de 2015



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL:

Presidente

Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes

Francisco Oswaldo Neves Dornelles (Licenciado)
Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Sergio Franklin Quintella

Diretores

Celso Castro - Escola de Ciências Sociais (CPDOC) e Escola de Relações Internacionais
Cesar Cunha Campos - FGV Projetos
Flavio Vasconcelos - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE)
Joaquim Falcão - Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV DIREITO RIO)
Luiz Artur Ledur Brito - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP)
Luiz Guilherme Schymura - Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)
Maria Izabel Camacho - Escola de Matemática Aplicada (EMAp)
Marieta de Moraes Ferreira - Editora FGV e Sistema de Bibliotecas
Oscar Vilhena Vieira - Escola de Direito de São Paulo (FGV DIREITO SP)
Rubens Penha Cysne - Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE)
Yoshiaki Nakano - Escola de Economia de São Paulo (EESP)

CONSELHO DIRETOR:

Vogais

Armando Klabin
Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque
Cristiano Buarque Franco Neto
Ernane Galvêas
José Luiz Miranda
Lindolpho de Carvalho Dias
Marcílio Marques Moreira
Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes

Aldo Floris
Antonio Monteiro de Castro Filho
Ary Oswaldo Mattos Filho
Eduardo Baptista Vianna
Gilberto Duarte Prado
Jacob Palis Júnior
José Ermírio de Moraes Neto
Marcelo José Basílio de Souza Marinho
Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR:

Presidente

Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente

João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais

Alexandre Koch Torres de Assis
Antonio Alberto Gouvêa Vieira
Andrea Martini (Souza Cruz S/A)
Eduardo M. Krieger
Estado da Bahia
Estado do Rio Grande do Sul
José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A)
Luiz Chor
Marcelo Serfaty
Marcio João de Andrade Fortes
Marcus Antonio de Souza Fazer
Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos)
Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A)
Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda)
Raul Calfat (Votorantim Participações S.A)
Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo)
Sandoval Carneiro Junior
Willy Otto Jordan Neto

Suplentes

Cesar Camacho
Clóvis Torres (Vale S.A.)
José Carlos Schmidt Murta Ribeiro
Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda)
Luiz Roberto Nascimento Silva
Manoel Fernando Thompson Motta Filho
Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A)
Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A)
Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros)
Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A)
Sergio Andrade
Victório Carlos De Marchi

COMISSÃO DE PESQUISA E INOVAÇÃO:

Membros

Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
João Paulo Villela de Andrade
Maria Tereza Leme Fleury
Renato Galvão Flores
Ricardo Simonsen
Sérgio Ribeiro da Costa Werlang

COMITÊ DE CONFORMIDADE ÉTICA EM PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS (CCE):

Membros

Ary Oswaldo Mattos Filho
Cesar Zucco Junior
Daniel Barcelos Vargas
Dora Selma Fix Ventura
Eduardo Bittencourt Andrade
Eduardo Moacyr Krieger
Joisa Campanher Dutra
Kaizô Iwakami Beltrão
Vagner Laerte Ardeo



Fundação Getúlio Vargas

**Praia de Botafogo, 190
Rio de Janeiro, RJ.**

Brasil. CEP: 22250-900

**Tels.: (55 21) 3799-6216
(55 11) 3799-3273**

E-mail: rpcap@fgv.br

www.fgv.br

Sumário

Apresentação	3
Um sistema para detectar mais rapidamente a dengue	4
Para desembaraçar o novelo fiscal	6
Agilidade no cálculo do impacto de projetos ambientais	8
A política fiscal ideal para reduzir a informalidade no Brasil	10
Lupa sobre o Supremo Tribunal Federal	12
Análise e avaliação do desenvolvimento institucional da política de imigração no Brasil para o século XXI.....	14
De olho no PIB	16
Balanço de duas décadas de agências reguladoras	18
Imóveis centrais nas metrópoles dos EUA estão cada vez mais caros. Por quê?	20
Legislação brasileira sobre Internet vira referência mundial	22
Moradores de favela não olham só para o preço.....	24
O brasileiro não tem fé na Justiça	26
O papel do presidente do Supremo Tribunal Federal.....	28
O planejamento energético brasileiro está descolado da realidade.....	30
O superendividamento da classe média	32
Os órgãos públicos ainda estão longe de ser transparentes aos cidadãos	34
Propostas de grande impacto na renda dos mais pobres.....	36
Um modelo para otimizar a produção de energia no país.....	38
As alternativas que o paulista enxerga para a redução do trânsito.....	40
Como funcionam as políticas estadual e municipal	42
Dilemas do Brasil – parte I	44
Dilemas do Brasil – parte II	46
O que leva ao aumento da desigualdade de renda familiar nos EUA	48
Para alocar eficazmente recursos para refeições nas escolas brasileiras.....	50
Qual é o jogo das potências emergentes.....	52
Soluções para os resíduos sólidos no Brasil.....	54
Como delegar a gestão de presídios à iniciativa privada	56
Rumo à universalização dos serviços de saneamento	58

Apresentação

A Fundação Getúlio Vargas (FGV), fundada em 1944 no Rio de Janeiro – Brasil, tem como missão avançar nas fronteiras do conhecimento na área das ciências sociais e afins, produzindo e transmitindo ideias, dados e informações, além de conservá-los e sistematizá-los. Desse modo, visa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país, para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada, e para a inserção do país no cenário internacional. Muitas vezes, a FGV atua, em suas diversas atividades, como um gateway entre o Brasil e o exterior.

Além de ser uma instituição de ensino e pesquisa de qualidade reconhecida mundialmente, a FGV também atua como ponte entre a sociedade e os responsáveis pela formulação de políticas públicas mediante mensuração e avaliação dessas políticas. Além disso, busca soluções inovadoras para a gestão pública e privada. Como resultado, a FGV é considerada um dos 10 mais importantes think tanks e uma das 100 melhores instituições de ensino superior no mundo.

A Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado (Rede de Pesquisa) iniciou suas atividades em 2014 com o objetivo de incentivar a produção de conhecimento, sistematizar a gestão das atividades de pesquisa, disseminar seus resultados e estruturar uma rede de pesquisadores no país e no exterior. Além da Rede de Pesquisa, a estrutura de governança das atividades de pesquisa na FGV inclui

o Comitê de Conformidade Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CCE) e a Comissão de Pesquisa e Inovação.

As escolas e centros de pesquisa da FGV são responsáveis pela produção de conhecimento em diversas áreas, como: competitividade empresarial; cultura e sociedade; desenvolvimento econômico e social; Estado, governo e políticas públicas eficientes; e estado democrático de direito. A cada ano, centenas de artigos e textos acadêmicos são produzidos a partir das pesquisas desenvolvidas pela FGV, servindo como base para debates públicos. Desse universo, algumas pesquisas são apoiadas com recursos diretos da própria FGV, após terem sido avaliadas e selecionadas, num processo competitivo interno, pela Comissão de Pesquisa e Inovação.

Em 2015, a Comissão recebeu 140 projetos de pesquisa aplicada que foram avaliados segundo a relevância da pergunta de pesquisa, o rigor metodológico e o potencial de impacto social de cada um desses projetos. Também foram valorizadas pesquisas de caráter interdisciplinar e aquelas que envolveram a participação de pesquisadores de várias áreas do conhecimento e de diferentes unidades da FGV.

A seguir, apresentamos um resumo das 28 pesquisas selecionadas pela Comissão de Pesquisa e Inovação. Em seu conjunto, elas buscam cumprir a missão da FGV de contribuir para o desenvolvimento do país.

Um sistema para detectar mais rapidamente a dengue

Com dados de temperaturas mínimas, tweets e informações epidemiológicas, o sistema "Info Dengue" dá alertas semanais da doença ao governo e ao público.



Autoria: Flavio Codeço Coelho (fccoelho@fgv.br)

Pesquisadores: Claudia T. Codeço, Oswaldo G Cruz, Thais I. Riback. Carolin M. Degener, Marcelo F. Gomes, Daniel Villela, Leonardo Bastos, Sabrina Camargo, Valeria Saraceni e Maria Cristina F. Lemos

Organização: Escola de Matemática Aplicada (EMAp) em parceria com o programa de Computação Científica da Fundação Oswaldo Cruz

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada (FGV), Fundação Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)

Objetivo

Criar e manter o Info Dengue, um sistema de avaliação do risco de transmissão de dengue no estado do Rio de Janeiro.

Raio X da pesquisa:

1. Levantamento de dados epidemiológicos, meteorológicos (temperaturas mínimas medidas em estações meteorológicas) e de redes sociais (a partir do Observatório da Dengue da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG).
2. Análise estatística dos dados.

Resultados:

1. A partir de dados de temperaturas mínimas, tweets sobre dengue, e casos notificados no sistema de saúde, é possível elaborar um sistema de alerta de risco que vai do verde (menor risco) para o vermelho (maior risco), passando pelo amarelo e o laranja.
2. Uma análise do sistema com dados históricos de 2011 e 2014, e prospectivos de 2015, indica alto grau de confiabilidade.
3. Toda semana o sistema captura os dados e traça um mapa de risco. A divulgação ao público é realizada site info.dengue.mat.br, em linguagem parecida aos dos sites de previsão do tempo. Para as autoridades de saúde, o projeto produz relatórios detalhados semanais.

4. O sistema começou pela cidade do Rio de Janeiro e hoje cobre todos os municípios do Rio de Janeiro e Paraná, num total de 491 municípios monitorados. A ideia é que, por meio de parcerias com outros estados, possa ser implantado no restante do país.

O que há de novo:

1. O sistema Info Dengue vem permitindo ao Rio de Janeiro detectar informações sobre a dengue mais rapidamente, pois: (1) incorpora dados climáticos que mostram quando as condições são favoráveis à transmissão; e (2) usa dados de redes sociais, que captam mudanças nos relatos sobre sintomas da dengue.
2. Há quatro níveis de alerta para a dengue. No amarelo, são previstas ações ambientais de redução de criadouros, como retirada de lixo e eliminação de focos de água parada; no laranja, inclui-se o uso de inseticidas e controle biológico de forma a reduzir a população de mosquitos; e, no vermelho, intensifica-se a infraestrutura de saúde. Com o Info Dengue, a população pode se informar melhor e participar nos diferentes níveis de alerta.

Para desembaraçar o novelo fiscal

O projeto de pesquisa sobre o processo orçamentário brasileiro mostra como os desequilíbrios nas contas públicas tendem a se agravar se não houver uma reforma fiscal que exiba as raízes da formação do novelo fiscal e permita descobrir o fio da meada.



Autoria: Armando Santos Moreira da Cunha (armando.cunha@fgv.br) e Fernando Rezende (fernando.rezende@fgv.br)

Organização: Escola Brasileira de Administração Pública e Empresas (EBAPE), Centro de Estudos Fiscais (CEFIS)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada (FGV)

Objetivo

Destacar os efeitos das distorções do processo orçamentário do Brasil e a importância da reforma orçamentária para o desenvolvimento do país.

Raio X da pesquisa:

1. Levantamento e análise de informações detalhadas sobre os diversos expedientes utilizados para esconder a real situação das contas públicas e adiar o enfrentamento de mudanças inevitáveis para corrigir os desequilíbrios estruturais das contas públicas.
2. Levantamento e análise de informações sobre a crescente interferência do governo federal nos orçamentos estaduais e municipais e a influência que a política exerce nesse relacionamento.
3. Execução de pesquisa de campo para captar a percepção dos agentes envolvidos na gestão e no controle de políticas públicas na esfera dos governos estaduais, com respeito a limitações que as distorções do processo orçamentário criam para melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.

Resultados:

1. O agravamento da crise fiscal nos últimos anos aponta para a inviabilidade de corrigir os desequilíbrios das contas públicas sem empreender uma reforma profunda no processo de elaboração, aprovação e execução do orçamento.
2. A interferência do governo federal nos orçamentos estaduais fortaleceu a centralização do poder e contri-

buiu para a fragilização dos estados, criando um ambiente hostil à qualidade da gestão dos serviços públicos que estão sob a responsabilidade dos governos estaduais.

3. A dualidade de regimes tributários instituída em 1988 para universalizar o acesso à previdência, saúde e assistência concorreu para o engessamento do orçamento e o desequilíbrio no atendimento dos direitos sociais previstos no artigo sexto da Constituição, escondendo o fio da meada que pode desembaraçar o novelo fiscal. Ao puxar o fio da meada vislumbra-se novos caminhos para a correção dos desequilíbrios orçamentários e das disparidades no atendimento das prioridades sociais.

O que há de novo:

1. Os desequilíbrios fiscais não serão automaticamente resolvidos quando a economia brasileira se recuperar. O reconhecimento desse fato é essencial para a escolha do caminho que sustentará a retomada do crescimento econômico com novos avanços no campo social.
2. Os fatos e as análises apresentadas contêm subsídios importantes para a busca das melhores saídas para uma crise detonada pelo descumprimento das regras que regulam o processo orçamentário.



Agilidade no cálculo do impacto de projetos ambientais

A Ferramenta do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) permite ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avaliar rapidamente a economia nas emissões de gases de efeito estufa antes de aprovar crédito a empreendimentos.



Autoria: Mario Monzoni (mario.monzoni@fgv.br)

Pesquisadora: Dafne Oliveira Carlos de Moraes

Organização: Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces)

Apoio: BNDES, Embaixada Britânica e Iniciativa Regional Climate América Latina (LARCI)

Objetivo

Criar uma ferramenta para quantificar emissões de gases de efeito estufa que podem ser evitadas em projetos financiados pelo BNDES.

Raio X da pesquisa:

1. Estudo com base em metodologias reconhecidas, aprovadas pela Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).
2. Desenvolvimento de metodologias para calcular emissões evitadas de gases de efeito estufa de projetos vis-à-vis cenário de linha de base.
3. Capacitação dos analistas de crédito do BNDES para usar a metodologia na avaliação de projetos candidatos ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.
2. Fluxogramas desenharam as fases em que as emissões acontecem. Por exemplo, em um projeto de reforestamento, são dois fluxogramas: um para o cenário com emissões e outro com o projeto de mitigação, explicando em qual etapa a redução de emissões acontece.

O que há de novo:

Resultados:

1. O projeto, sob coordenação do GVces, resultou na criação de 18 metodologias que fazem quantificação de emissões evitadas. Alguns exemplos: reciclagem de embalagens de plástico; restauração de biomas; implantação e operação de planta a partir de energia solar ou eólica; aquisição de transformadores; implantação de sistemas de aluguel de bicicletas; captura de biogás.
2. Espera-se que o BNDES inspire outros bancos a utilizar ferramentas parecidas.
3. A ferramenta faz com que instituições financeiras internacionais sintam-se mais confortáveis em fazer aportes para projetos no Brasil, pois conseguem avaliar a efetividade da aplicação dos recursos em projetos que geram emissões evitadas.



A política fiscal ideal para reduzir a informalidade no Brasil

O Modelo prevê que reduzir alíquotas sobre folha de pagamentos em setores como agricultura, vestuário, móveis e papel e celulose ajudaria a aumentar a formalização.



Autoria: Aloisio Pessoa de Araújo (aloisio.araujo@fgv.br)

Pesquisadores: Breno Albuquerque e Tiago Cavalcanti

Organização: Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE), Centro de Economia Aplicada

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada (FGV)

Objetivo

Propor um aperfeiçoamento do desenho da política tributária brasileira diante da alta evasão fiscal e informalidade.

Raio X da pesquisa:

1. Elaboração de um modelo considerando diferentes características dos setores econômicos em relação a: produtividade do trabalho, elasticidade da evasão fiscal à alíquota do imposto, elasticidade da substituição da produção e elasticidade da demanda.
2. Aplicação do modelo numa situação real de mudança de alíquota que ocorreu de 1998 para 1999, quando a COFINS passou de 2% para 3%.
3. O governo deve diminuir os tributos sobre folha de pagamentos em setores com maior informalidade e sensíveis a mudanças de alíquotas, como agricultura, atividades têxteis; serviços de alojamento e alimentação; móveis; e papel e celulose.
4. A autoridade fiscal pode compensar perdas elevando tributos em setores com baixa informalidade e pouca sensibilidade à perda fiscal em relação a mudanças de alíquotas, como petróleo e gás natural; indústria automotiva; e metalurgia.

Resultados:

1. Quanto maior a produtividade, menor a informalidade. Por exemplo, o setor de refino de petróleo e gás natural (com 2,1% de informalidade) tem produtividade mais de 100 vezes superior ao do setor agrícola (com 78,6% de informalidade).
2. Um setor com grandes empresas e alta relação capital-trabalho, como petróleo e gás natural, é mais visível à autoridade fiscal e menos sujeito à evasão. Já um setor como o de artigos de vestuário, formado por pequenas empresas e com baixa relação produto-trabalho, é mais sensível à variação na alíquota.

O que há de novo:

1. O Brasil é um dos países com mais elevados índices de informalidade do mundo. O estudo mostra que é possível reduzir alíquotas sobre folha de pagamentos em determinados setores para estimular a maior formalização das atividades produtivas – com perdas fiscais mínimas (de até 0,5% do PIB).
2. Por outro lado, a autoridade fiscal pode aumentar as alíquotas em setores com menor informalidade para compensar a perda devido à queda de arrecadação – em um patamar que não prejudique esses setores, que são os mais produtivos.

Lupa sobre o Supremo Tribunal Federal

O Projeto Supremo em Números analisa dezenas de milhões de pontos de dados para mostrar como a corte máxima atua na democracia brasileira.



Autoria: Ivar A. Hartmann (ivar.hartmann@fgv.br), Joaquim Falcão (joaquim.falcao@fgv.br) e Pablo de Camargo Cerdeira (pablo.cerdeira@fgv.br)

Organização: Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio), Centro de Justiça e Sociedade (CJUS)

Apoio: Fundo de Pesquisa Aplicada (FGV), Escola de Matemática Aplicada (EMAp)

Objetivo

Realizar estudos quantitativos para produzir conhecimento inédito sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), permitindo discussões na academia e sociedade civil sobre sua natureza e papel para a democracia brasileira.

Raio X da pesquisa:

1. Análises estatísticas com base em cerca de 1,7 milhão de processos, mais de 2 milhões de decisões, 16 milhões de andamentos, envolvendo centenas de milhares de advogados e quase 3 milhões de partes, entre 1988 e 2016.
2. Estudos sobre a atuação estratégica de ministros do Supremo, taxas de sucesso de atores variados, as durações dos diferentes tipos de processos, a carga de trabalho do tribunal, os assuntos e origens dos processos.
3. Publicação de 4 relatórios temáticos e mais de uma dezena de artigos acadêmicos lançados desde 2011.

Resultados:

1. O primeiro relatório Supremo em Números revelou que, entre 1988 e 2010, em apenas 0,5% das ações o Supremo atuava como corte constitucional – e que o Poder Executivo foi o principal usuário do Supremo, responsável por 90% dos processos.
2. O segundo relatório mostrou que, entre 2010 e 2012, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul dominaram a pauta do Supremo, respondendo por 6 em cada 10 processos novos. O principal assunto dos processos novos no Tribunal em 2012 foi servidores públicos, com cerca de 1 em cada 5 processos. O maior aumento de processos foi em relação ao direito do consumidor.
3. O terceiro relatório evidenciou a morosidade da Corte criando índices

de duração para várias fases dos processos e para a atuação dos diferentes Ministros. Quando foi lançada, a pesquisa obteve 10 mil downloads em uma semana.

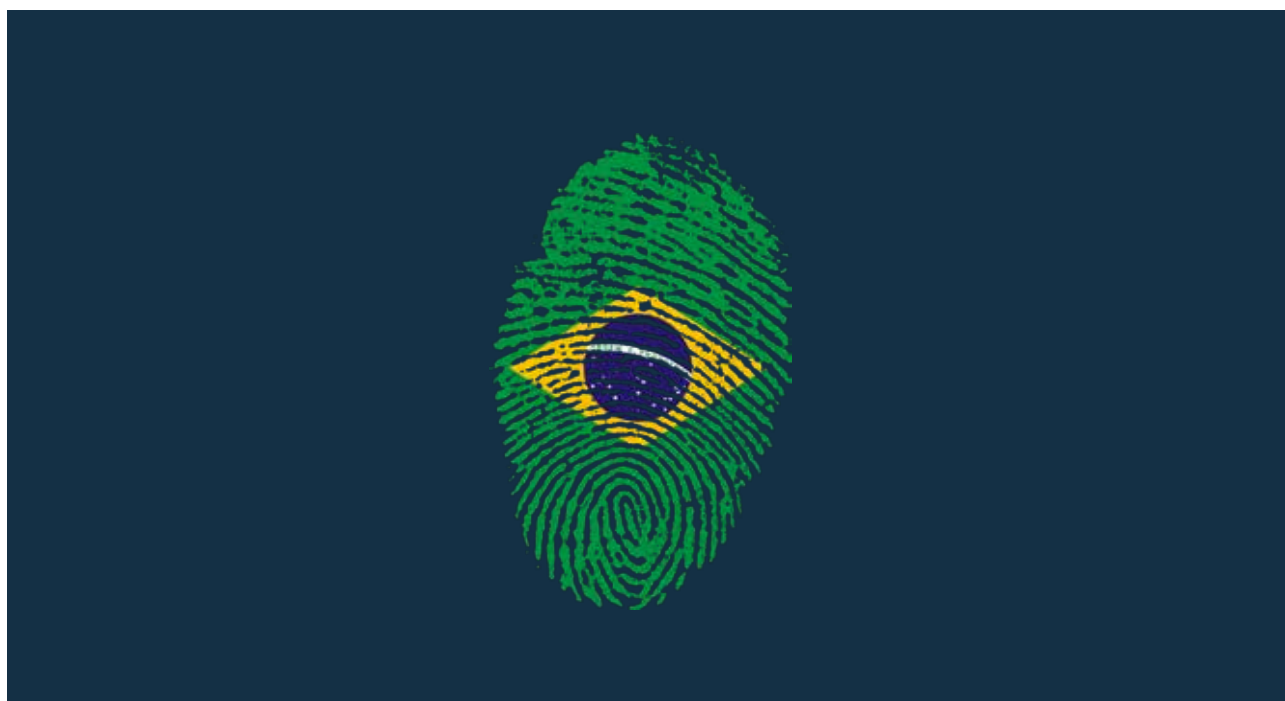
4. O quarto relatório, de 2015, avaliou a atuação dos Ministérios Públicos no STF: o de São Paulo é o que tem o maior volume de processos (mais de 3 mil entre 2009 e 2013), seguido por Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Os MPs melhoraram suas taxas de sucesso em recursos no Supremo consistentemente.
5. Artigos acadêmicos usaram dados do projeto para desvendar práticas dos Ministros que eram previamente desconhecidas para a sociedade civil. Um dos artigos mostrou que pedidos de vista são usados como uma forma de vetar unilateralmente o julgamento de casos importantes – causando atrasos que chegam a mais de 12 anos. Outro trabalho comprovou que os Ministros copiam e colam suas próprias decisões: aproximadamente um terço das decisões seja idêntico a outra do mesmo Ministro.

O que há de novo:

1. O Supremo em Números utiliza tecnologia de ponta, desenvolvida e gerida por uma equipe multidisciplinar, produzindo relatórios, artigos e softwares que contribuem para o debate nacional sobre o Judiciário de maneira pioneira no Brasil e no mundo.

Análise e avaliação do desenvolvimento institucional da política de imigração no Brasil para o século XXI

O estudo recomenda políticas, processos e organização de informações que podem ajudar a atrair imigrantes qualificados para o Brasil.



Autoria: Marco Aurélio Ruediger (marco.ruediger@fgv.br)

Pesquisadores: Margareth da Luz, Wagner Oliveira, Bárbara Barbosa, Janaina Fernandes, Luís Felipe da Graça, Marcelo Rotenberg e Pablo Azevedo

Organização: Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP)

Apoio: Ministério do Trabalho (MTr)¹, Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Polícia Federal (PF), Observatório de Migrações da Universidade de Brasília (OBMigra/UnB), Grupo de Administração de Expatriados (GADEX) e Ministério de Empleo e Seguridad Social da Espanha.

¹Na época da execução do trabalho, as pastas do Trabalho e da Previdência foram aglomeradas, formando o MTPS.

Objetivo

Propor soluções para atrair imigrantes qualificados ao Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Estudo de boas práticas de políticas de imigração qualificada no mundo.
2. Análise do perfil dos imigrantes do país.
3. Pesquisa sobre percepções dos imigrantes, empregadores e representantes de sindicatos sobre imigração no Brasil.
4. Análise da política e gestão da imigração no Brasil.
5. Proposta de políticas, processos e integração de sistemas de informação.

Resultados:

1. O estudo recomenda políticas como: (1) criar um visto de trabalho para profissionais especializados em áreas com déficit de competências; (2) adotar um sistema de pontos para a concessão de vistos de acordo com uma lista de características desejáveis; (3) permitir a conversão do visto de estudante em visto de trabalho; (4) possibilitar vistos atrelados a uma região ou estado do país; (5) criar um visto para talentos que desejem abrir negócios tecnológicos e/ou inovadores; (6) integrar a família do imigrante de forma efetiva.
2. O estudo recomenda processos como: (1) permitir o agendamento do visto nos consulados brasileiros pela internet; (2) criar postos no modelo Poupatempo; (3) desobrigar o Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) para vistos de trabalho de até 180 dias; (4) facilitar a revalidação de diplomas de estrangeiros.

3. O estudo recomenda ações de sistematização de informações como: (1) criar uma plataforma interativa de dados de imigração a partir de três fontes (MTr, Ministério das Relações Exteriores - MRE e PF); (2) realizar mapeamentos sistemáticos das carências do mercado de trabalho; (3) desenvolver um portal multilíngue sobre processos de imigração e oportunidades de trabalho para imigrantes; (4) publicar guias de processos de imigração em diversos idiomas; (5) criar e manter um cadastro de empresas interessadas em contratar imigrantes.

O que há de novo:

1. O estudo é inovador na medida em que parte de um diagnóstico integrado e multidisciplinar da imigração no Brasil, resultando em recomendações detalhadas de políticas, processos e sistematização de informações.
2. O impacto gerado pelo estudo no aprimoramento da política pública foi notório. Além do CNIg ter criado um grupo de trabalho focado na discussão da implementação das propostas do estudo, um decreto da presidente Dilma Rousseff alterou uma série de disposições relativas à imigração que convergiram para as referidas recomendações.
3. Além disso, o debate foi estendido aos demais atores da sociedade civil por meio da publicação de um caderno de referência sobre a pesquisa realizada, contendo a síntese das principais recomendações.

De olho no PIB mês a mês

O Monitor do PIB-FGV permite antecipar tendências do Produto Interno Bruto e dá subsídios à sociedade para a compreensão detalhada de seus componentes.



Organização: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

Apoio: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Objetivo

Prover a sociedade de um indicador mensal do PIB.

Raio X da pesquisa:

1. Estimativa mensal do PIB brasileiro em volume (com séries a partir de 2000).
2. Utilização da mesma metodologia das Contas Nacionais do IBGE.
3. Ajuste ao PIB-Tri do IBGE sempre que há mudanças metodológicas e a cada trimestre divulgado.

Resultados:

1. O Monitor do PIB-FGV tem oferecido um relatório com ilustrações gráficas e uma tabela Excel com informações das 12 atividades econômicas que, agrupadas, formam os três setores de atividade econômica (agropecuária, indústria e serviços).
2. O relatório apresenta o Valor Adicionado a preços básicos, os impostos sobre os produtos e o PIB, assim como os componentes do PIB pela ótica da demanda.

3. O Monitor PIB-FGV torna disponíveis as seguintes desagregações não divulgadas pelo IBGE: (1) consumo das famílias (bens de consumo duráveis, semiduráveis, não duráveis e serviços, também classificados em nacionais e importados), (2) formação bruta de capital fixo (máquinas e equipamentos, construção e outros) e (3) exportações e importações (produtos agropecuários, de extrativa mineral, industrializados de consumo, industrializados de uso intermediário, bens de capital e serviços).

O que há de novo:

1. As estimativas do Monitor do PIB-FGV antecedem o PIB-Tri do IBGE nos meses em que este é divulgado. Nos meses em que não há divulgação, o Monitor representa uma excelente antecipação para as tendências do PIB e de seus componentes.
2. As desagregações dos componentes do PIB são relevantes para um melhor entendimento da absorção doméstica e da demanda externa.

Balanço de duas décadas de agências reguladoras

O principal déficit é a baixa participação dos usuários de serviços públicos e de organizações de defesa dos consumidores nas audiências e consultas públicas.



Autoria: Joisa Dutra (joisa.dutra@fgv.br)

Organização: Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura (CERI)

Objetivo

Analisar a configuração das diretorias das agências regulatórias brasileiras e a participação cidadã nas audiências e consultas públicas.

Raio X da pesquisa:

1. Análise da composição das diretorias de todas as agências federais desde sua criação: nível educacional dos diretores, posição profissional anterior e se o ocupante era interino ou sabatinado.
2. Análise dos procedimentos participativos no setor elétrico e dos níveis de participação dos diferentes atores regulatórios.

Resultados:

1. As diretorias das agências têm apresentado nível de profissionalização razoável, uma vez que seus diretores possuem, pelo menos, nível universitário, conforme determina a lei. Agências com demandas técnicas mais complexas tendem a apresentar diretorias com maior grau de formação acadêmica, como é o caso da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC).
2. Profissionais de diferentes origens vêm ocupando as diretorias das agências. Ex-ministros ou secretários de Estado são mais representativos na ANP, ANAC e Agência Nacional de Águas (ANA). Ex-superintendentes, ouvidores e diretores da agência ocuparam 22% das diretorias desde que as agências foram criadas – a Agência Nacional de Telecomunicações

(ANATEL) apresentou o maior percentual (57%). A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) é a agência com a maior porcentagem de acadêmicos. As agências do setor transporte aquaviário e do setor petrolífero têm os maiores percentuais de diretores provenientes do setor privado. A ANATEL é a agência com maior percentual de diretores interinos, 21%, todos superintendentes da própria agência.

3. Em relação à participação da sociedade, esta é crescente, mas dominada pelas empresas prestadoras de serviços, que discutem questões de tarifas nas audiências públicas e de mudanças regulatórias nas consultas públicas.

O que há de novo:

1. As agências encontram-se integradas por funcionários de várias origens. A posição do diretor antes de se integrar à agência depende do setor.
2. Depois de aproximadamente 20 anos da criação da primeira agência reguladora, a ANEEL, percebe-se que o principal déficit dos processos participativos é incentivar os usuários para serem parte das discussões regulatórias. A participação dos usuários é significativamente baixa com relação aos outros atores, assim como a de organizações de defesa dos consumidores.

Imóveis centrais nas metrópoles dos EUA estão cada vez mais caros. Por quê?

Estudo mostra que os responsáveis por essa valorização são os trabalhadores de alta renda, sem tempo para lazer nem paciência para ficar no trânsito.



Autoria: Cecília Machado (cecilia.machado@fgv.br)

Organização: Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE)

Apoio: The National Bureau of Economic Research (NBER), Columbia University, Fundo de Pesquisa Aplicada (FGV)

Objetivo

Investigar por que tem ocorrido maior valorização imobiliária na região central das principais cidades americanas.

Raio X da pesquisa:

1. Levantamento de dados detalhados do censo dos EUA, do período 1980-2010, das 27 cidades mais populosas do país (tanto em 1970 como em 2010).
2. Análise estatística cruzando informações de características da população, preço dos imóveis e distância em relação ao centro das cidades.

Resultados:

1. A proporção de adultos (25 a 55 anos) com formação universitária e que trabalham em período integral cresceu nas três décadas avaliadas – uma tendência puxada pelas mulheres.
2. Os trabalhos mais qualificados estão mais concentrados nos centros das cidades.
3. O tempo no trânsito cresceu 15% no período analisado. Quanto mais distante o trabalhador mora do seu emprego (especialmente os mais qualificados), maior foi o aumento no tempo para que chegue até o seu local de trabalho.
4. Os trabalhadores mais qualificados e com emprego em tempo integral migraram para os centros das gran-

des cidades entre 1980-2010 enquanto trabalhadores menos qualificados ficaram mais dispersos em relação ao centro das cidades.

5. A presença de trabalhadores qualificados no centro impactou o preço dos imóveis.
6. Entre 1980 e 2010, o preço dos imóveis aumentou em média 30% nas maiores cidades americanas. No centro (entre 0 e 4,8 quilômetros) eles mais do que dobraram de valor.

O que há de novo:

1. Em 1980, o preço médio de imóveis nos subúrbios das grandes cidades dos EUA era 50% mais alto do que os do centro. Em 2010, a relação se inverteu. O preço no centro tornou-se 40% superior ao das periferias. O estudo mostra que trabalhadores qualificados, de alta renda, sem tempo para lazer e para ficar no trânsito, vêm impulsionando essa valorização relativa dos imóveis centrais.
2. Por outro lado, há indícios de uma demografia relativamente empobrecida nos subúrbios. Por exemplo, tem havido uma queda brusca nas matrículas em escolas privadas a 16 quilômetros do centro das grandes cidades.

Legislação brasileira sobre Internet vira referência mundial

O Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da FGV Direito Rio ajudou o governo federal na atualização das regras que regulam o ambiente digital.



Organização: Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio) e Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS)

Apoio: Ministério da Justiça e Cidadania (MJ)

Objetivo

Contribuir para o desenvolvimento das regras e instituições que regulam o funcionamento da Internet no Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Apoio ao Ministério da Justiça na sistematização das contribuições ao processo de consulta pública online e na redação do projeto de lei do Marco Civil da Internet.
2. Acompanhamento e contribuição técnica aos processos de legislação e regulamentação da Internet, com foco na Regulamentação do Marco Civil da Internet e na discussão do Anteprojeto de Lei de Proteção de Dados Pessoais.
3. Acompanhamento e participação das discussões sobre governança da Internet em fóruns nacionais e internacionais.
4. Pesquisa sobre aspectos técnicos da Internet, práticas de mercado e regulações internacionais (relativas à liberdade de expressão, neutralidade de rede, privacidade e proteção de dados).

Resultados:

1. A parceria com o Ministério da Justiça levou à execução da primeira consulta pública online para a elaboração colaborativa de uma legislação sobre Internet.
2. O sucesso da iniciativa levou o governo a adotar a prática para os debates

sobre proteção de dados pessoais e sobre a regulamentação do Marco Civil da Internet.

3. O CTS teve papel fundamental para afastar sugestões legislativas problemáticas e impulsionar propostas que protegessem a liberdade de expressão e a privacidade dos usuários.
4. Na fase de regulamentação do Marco Civil da Internet, o CTS apresentou sugestões para melhorar a transparência da atuação de autoridades no acesso a dados pessoais dos usuários de Internet e na definição dos conceitos de neutralidade de rede, que busca preservar a competição e a natureza livre e aberta da Internet.

O que há de novo:

1. O Brasil conta hoje com uma legislação que é considerada referência mundial. O Marco Civil da Internet foi elogiado por especialistas de todo o mundo, incluindo o relator de Liberdade de Expressão da ONU.
2. O Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional um projeto moderno para a proteção de dados pessoais. O avanço deste projeto pode colocar o Brasil ao lado de mais de 100 países que já contam com este tipo de legislação.

Moradores de favela não olham só para o preço

Estudo do Center for Behavioral Research (CBR) mostra que consumidores da Favela da Maré estão dispostos a tomar empréstimo a taxas maiores em troca de melhor atendimento.



Autoria: Eduardo Andrade (eduardo.b.andrade@fgv.br) e Rafael Goldszmidt (rafael.goldszmidt@fgv.br)

Organização: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), Center for Behavioral Research (CBR)

Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Observatório de Favelas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), Universidade Federal Fluminense (UFF)

Objetivo

Entender a sensibilidade ao preço de consumidores que vivem em ambientes socialmente ameaçadores, como favelas.

Raio X da pesquisa:

1. Realização de entrevistas com moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.
2. Execução de experimentos com 950 pessoas para comparação da sensibilidade ao preço de moradores e não moradores do Complexo da Maré. Em uma situação hipotética, os participantes deveriam escolher entre duas alternativas de banco para tomada de um empréstimo: em um deles, a taxa de juros era mais alta e o atendimento mais amigável; no outro, ao contrário, a taxa era mais baixa e o atendimento menos amigável.

Resultados:

1. Entre os moradores da favela, a escolha da alternativa de atendimento mais amigável (e maior taxa de juros) foi mais frequente do que nos moradores de outras regiões da cidade.
2. Quanto mais negativa a imagem que os moradores de favelas acreditam que os outros têm em relação a eles, maior a probabilidade de preferirem

um atendimento mais amigável. Isso faz com que prefiram pagar mais caro por um atendimento bancário em que o gerente do banco seja mais simpático.

3. O desconforto de ser visto em um banco como um membro de um grupo social negativamente estereotipado (ainda mais pelo fato do gerente do banco poder ter decisões arbitrárias) pode explicar essa menor sensibilidade ao preço.

O que há de novo:

1. Diferentemente de estudos anteriores que mostram o consumidor de baixa renda mais sensível ao preço, os resultados mostram que os moradores de favelas são menos sensíveis ao preço quando há diferenças de serviços ao cliente, preferindo um atendimento mais amigável.
2. Até mesmo uma experiência comercial pode trazer uma ameaça psicológica para os membros de grupos estigmatizados, e suas implicações podem dificultar ainda mais que eles saiam de sua eventual condição de pobreza.

O brasileiro não tem fé na Justiça

Indicadores revelam que cidadãos não avaliam bem os serviços do Judiciário nem creem nas leis – confiam mais nas Forças Armadas e na Igreja Católica.



Autoria: Luciana Gross Cunha (luciana.cunha@fgv.br)

Organização: Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP) e Centro de Pesquisa Jurídica Aplicada (CPJA)

Apoio: Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP)

Objetivo

Compreender a qualidade das instituições brasileiras, em especial as instituições do sistema de justiça.

Raio X da pesquisa:

1. Elaboração do ICJBrasil – Índice de Confiança da Justiça Brasileira, que mede sistematicamente a opinião da população sobre a Justiça e identifica se a população recorre ao Judiciário para resolução de conflitos.
2. Elaboração do IPCLBrasil – Índice de Percepção do Cumprimento da Lei, que retrata o sentimento da população em relação ao cumprimento das leis.
3. Levantamento sistemático da confiança dos cidadãos nas instituições.

Resultados:

1. Os últimos dados do ICJBrasil (2014) revelam que os entrevistados mais jovens (entre 18 e 34 anos), de maior renda (mais de 8 salários mínimos) e com maior escolaridade confiam e têm melhor avaliação do Judiciário Brasileiro.
2. Os entrevistados mais jovens também têm maior propensão de recorrer à Justiça, mas, em relação à renda, são os que ganham entre 4 e 8 salários mínimos que demonstram maior predisposição para buscar a Justiça (e, com relação à educação, são aqueles com escolaridade média).
3. De maneira geral, os entrevistados consideram que o Judiciário pres-

ta um serviço público lento, caro e difícil de utilizar. Os conflitos envolvendo direito do consumidor são os que mais levariam os entrevistados à Justiça.

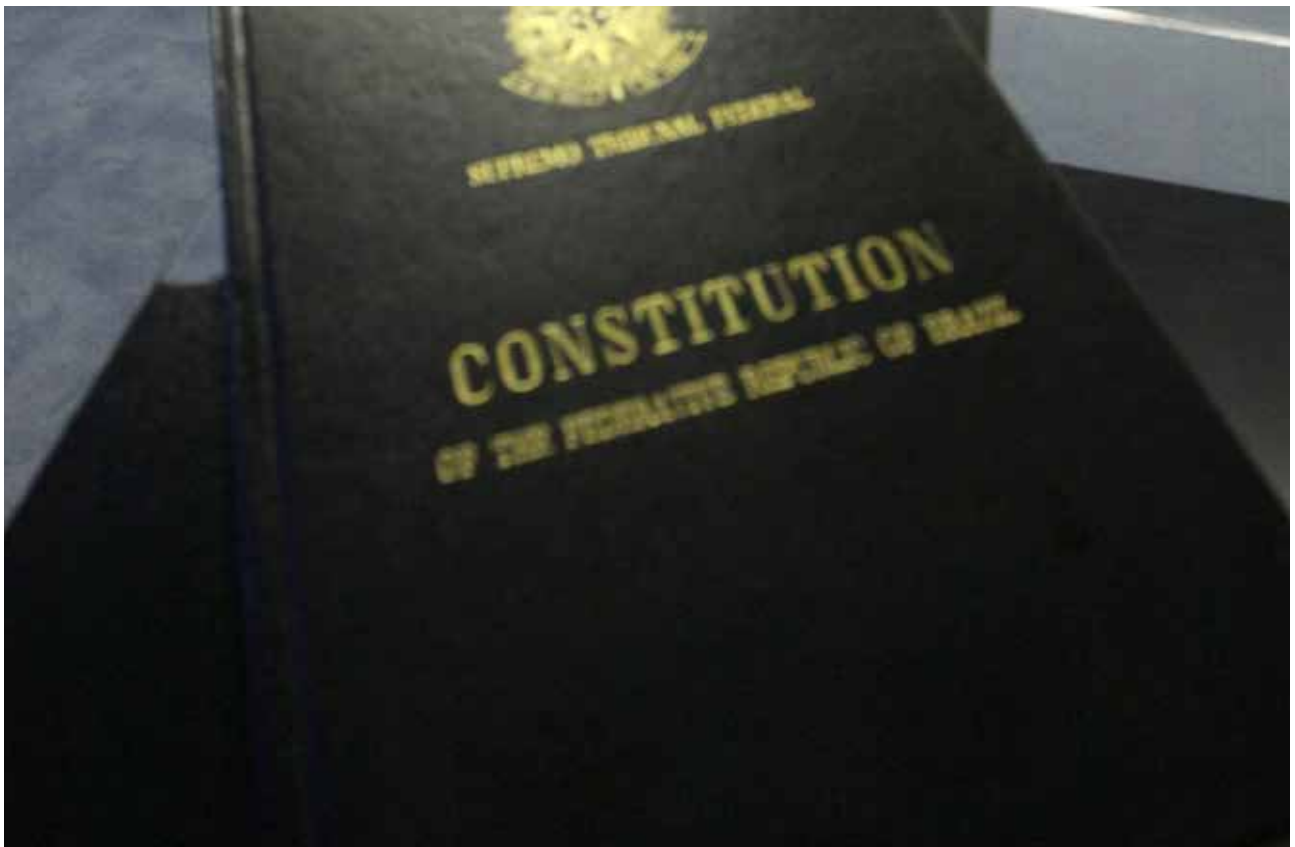
4. Os últimos dados do IPCLBrasil (2015) revelam que 80% dos entrevistados concordam com a afirmação: “É fácil desobedecer a lei no Brasil” e 81% com a frase “sempre que possível escolhem dar um jeitinho ao invés de seguir a lei”. Para 56%, há poucas razões para seguir as leis no Brasil. Entretanto, 78% acham que alguém que desobedece a lei é mal visto pelos outros.
5. As instituições mais bem avaliadas pela população são: Forças Armadas, Igreja Católica e Ministério Público. Em contrapartida, as instituições menos confiáveis são o Governo Federal, o Congresso Nacional e os partidos políticos.

O que há de novo:

1. O levantamento sistemático realizado pelos indicadores produzidos pelo CPJA mostram a má avaliação do Judiciário como prestador de serviço público e a relação contraditória dos brasileiros em relação às leis.
2. O brasileiro tende a agir conforme a lei somente quando existe alta probabilidade de ser punido ou desaprovado socialmente ao desrespeitá-la.

O papel do presidente do Supremo Tribunal Federal

Análise da construção da pauta e das sessões de julgamento do STF permite verificar se o Supremo opera com base em regras ou por vontade política.



Autoria: Eloísa Machado de Almeida (eloisa.machado@fgv.br) e Rubens Glezer (rubens.glezer@fgv.br)

Organização: Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP)

Apoio: Jornal "O Estado de São Paulo" e Bloomberg

Objetivo

Contribuir para o debate público sobre a pauta do Supremo Tribunal Federal (STF).

Raio X da pesquisa:

1. Acompanhamento da construção da pauta de julgamento do Plenário do STF de 2005 a 2016, por fatores como: temas, atores relevantes, reincidência das ações e interrupções de julgamento.
2. Mapeamento de todas as ações julgadas pelo Pleno do STF em contraposição as que foram disponibilizadas, buscando compreender a eficiência da construção da pauta, por Presidente do STF, nos últimos 10 anos.
3. Intervenções na mídia por entrevistas e análises.

Resultados:

1. Foi montado um banco de dados sobre a construção de pauta do Plenário do STF na última década, com estimativa de mais de 15 mil ações, a partir de variáveis inéditas capazes de atestar o perfil e a eficiência da Presidência do STF na construção da pauta.
2. Até o momento, percebe-se que apenas 30% das ações colocadas em pauta são efetivamente julgadas,

atestando um baixo índice de eficiência da pauta do tribunal.

3. No início de 2017, será entregue um mapeamento de dificuldades e sugestões de gestão aos Ministros do STF.

O que há de novo:

1. A partir da elucidação do perfil da pauta de julgamento formada pelo Presidente do STF, é possível compreender o que orienta a atuação do Tribunal sobre certos temas em detrimento de outros. O conhecimento sobre como opera o Supremo – por regras ou por vontade política – é central para que a população seja capaz de acompanhar e criticar as ações do STF.
2. O projeto tem tido impacto no debate público, com mais de uma centena de intervenções na mídia, na forma de entrevistas e análises em diferentes veículos de comunicação nacional (como O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, Gazeta de Curitiba, O Tempo, UOL, Jornal Nexô, Jota, Infomoney, BandNews, Jovem Pan, Globonews, Rede Globo, SBT, Gazeta e Cultura).

O planejamento energético brasileiro está descolado da realidade

O Planejamento Estratégico Brasileiro - PNE 2050 faz estimativas econômicas demasiadamente otimistas, enquanto desconsidera o potencial de fontes alternativas de energia.



Autoria: Lavinia Hollanda (lavinia.hollanda@fgv.br)

Organização: Pesquisadores FGV Energia

Objetivo

Discutir o planejamento energético de longo prazo no Brasil, o PNE 2050.

Raio X da pesquisa:

1. Realização de debate em 2015 com a participação de executivos da Empresa de Planejamento Energético (EPE) e de especialistas da academia, empresas, entidades ambientais e think tanks.
2. A partir do debate, publicação do white paper “Contribuição para o Planejamento Energético 2050”.

pré-sal nem a redução dos investimentos da Petrobras.

4. A EPE faz estimativas pouco arrojadas em relação à capacidade brasileira de acompanhar as tendências internacionais no tema da eficiência energética, o que acaba por limitar o potencial de ganhos de eficiências para o país.

O que há de novo:

Resultados:

1. As premissas do planejamento energético de longo prazo da EPE parecem descoladas das tendências da economia brasileira. A projeção do investimento em infraestrutura entre 20% e 21% do PIB é alta, considerando que, desde 1996, o Brasil somente manteve esse nível de investimento entre 2010 e 2013. Também é difícil imaginar que o Brasil alcance os 89% de urbanização projetados para 2050, pois já possui uma das taxas mais altas do mundo.
2. Uma análise setorial do PNE 2050 revela que as estimativas para a construção civil, a indústria química e a siderurgia estão otimistas demais.
3. O PNE 2050 não considera as dificuldades relacionadas à exploração do

1. O cenário otimista do planejamento energético brasileiro ofusca a necessidade de medidas emergenciais de reestruturação da competitividade industrial do país. É fundamental que o planejamento incorpore as limitações impostas por questões estruturais no país.
2. O PNE 2050 não sinaliza importantes medidas de eficiência energética do país e não destaca o potencial de impacto de fontes alternativas, que, em 35 anos, podem passar de coadjuvantes para atores principais.
3. Durante os debates sobre o PNE 2050, os planejadores mostraram disposição ao diálogo, indicando que é possível construir um caminho para um planejamento mais condizente com as reais perspectivas do setor energético brasileiro.

O superendividamento da nova classe média

As classes trabalhadoras em ascensão econômica perdem o controle sobre suas dívidas principalmente quando acontecem eventos inesperados na vida.



Autoria: Antônio José Maristrello Porto (antonio.maristrello@fgv.br)

Organização: Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio) e Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE)

Apoio: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (Núcleo de Defesa do Consumidor)

Objetivo

Compreender o fenômeno do superendividamento pessoal no Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Realização de pesquisas empíricas com base regional (RJ) e nacional.
2. Formulação de um referencial teórico para a noção de superendividamento no Brasil.
3. Publicação de estudos em forma de artigos e livros.

Resultados:

1. O superendividamento encontra-se geralmente associado a eventos não esperados na vida econômica das pessoas (casamento, nascimento de filhos, falecimento, divórcio, perda de emprego, advento de doença), que levam à incapacidade temporária em administrar as contas.
2. Percebe-se um aumento das dívidas relacionadas a cartões de crédito, cartões de financiamentos de grandes lojas e empréstimos consignados.
3. Constata-se um crescimento nas operações de crédito voltadas à quitação de dívidas anteriores.

4. A maioria dos “superendividados” tem entre 25 e 44 anos e possui renda mensal mais ou menos estabelecida (sobretudo aqueles com renda média entre 1 e 3 salários mínimos por mês, mas também com destaque àqueles que ganham entre 3 e 6 salários mínimos).

O que há de novo:

1. A proporção das dívidas das famílias em relação à renda aumentou de 18% em 2005 para um índice superior a 45% em 2015. O projeto do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE) problematiza e enriquece as reflexões realizadas sobre o fenômeno, ligado à noção de “nova classe média” no Brasil.
2. O superendividamento está atualmente mais presente entre as classes trabalhadoras (trabalhadores autônomos e trabalhadores dos setores privados com carteira assinada) em ascensão econômica.
3. O projeto mostra a tendência da expansão do crédito como produto de consumo ordinário inserido no cotidiano econômico de famílias.

Os órgãos públicos ainda estão longe de ser transparentes aos cidadãos

Projeto Transparência Governamental mostra as distorções na aplicação do direito ao acesso à informação pública e sugere soluções.



Autoria: Gregory Michener (gregory.michener@fgv.br), Luiz Fernando Marrey Moncau (luiz.moncau@fgv.br) e Rafael Velasco (rafael.velasco@fgv.br)

Organização: Escola de Direito do Rio de Janeiro (FGV Direito Rio) e Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE)

Objetivo

Avaliar se as entidades públicas estão cumprindo a Lei de Acesso à Informação, que confere aos brasileiros o direito a receber dados de órgãos públicos.

Raio X da pesquisa:

1. Envio de mais 700 pedidos de informações para cerca de 170 órgãos públicos dos três poderes e em todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal.
2. Utilização de três métricas para avaliação das respostas: (1) taxa de resposta (proporção de pedidos respondidos por um determinado órgão); (2) taxa de precisão (proporção de pedidos recebidos contendo respostas precisas à pergunta); e prazo médio (número de dias entre o envio do pedido e a resposta).

foi mais longo (8 dias superior). É alarmante a taxa de respostas muito baixa de 57% para pedidos de mulheres, com taxa de precisão de apenas 45%.

3. Os resultados indicam vários casos em que os pedidos foram indeferidos pelos tribunais com base em uma interpretação ampliada e ilegítima das exceções legais. Em outras situações, os tribunais dificultaram o acesso por meio da criação de entraves burocráticos não previstos na Lei 12.527/11.

O que há de novo:

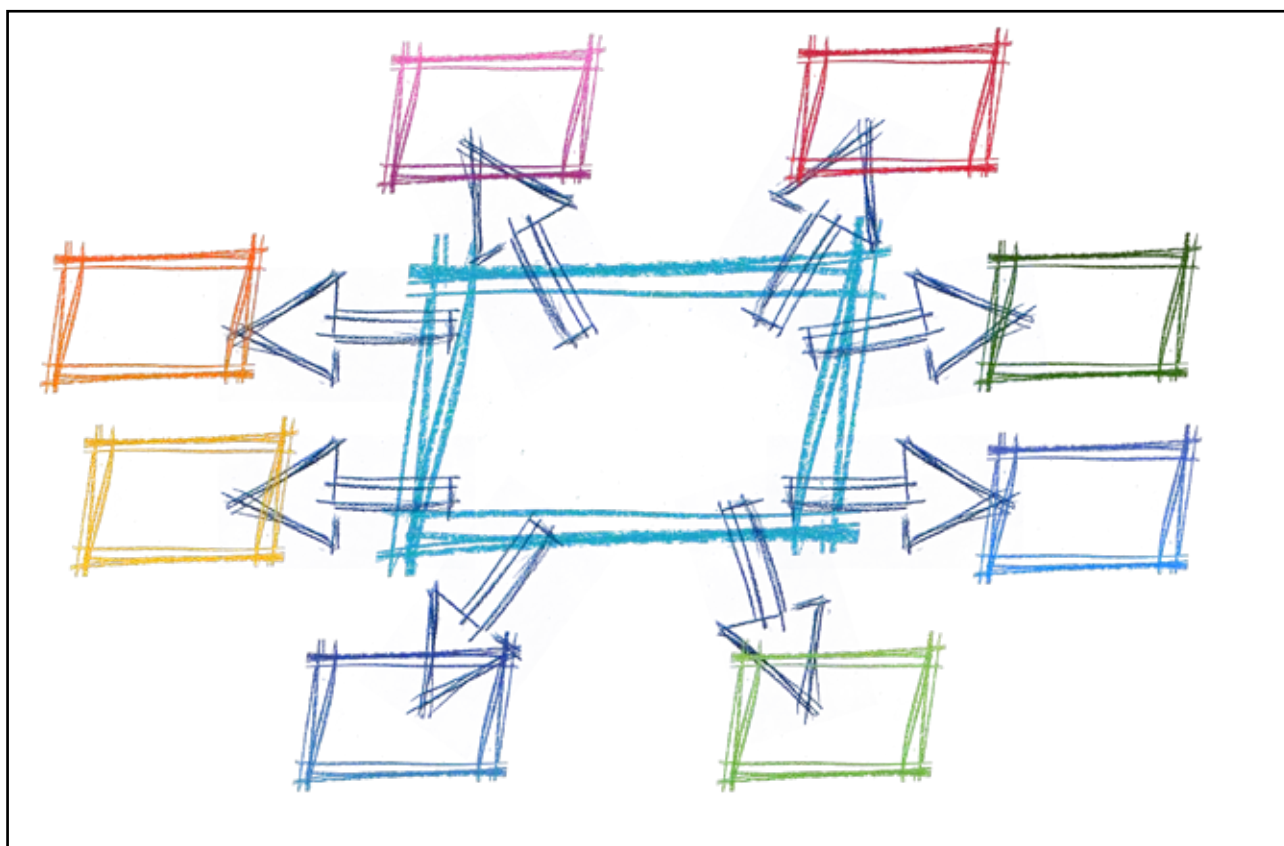
Resultados:

1. O estudo mostrou baixo grau de observância à Lei de Acesso à Informação, apesar de os resultados variarem entre as diferentes unidades federativas. Os dados sugerem que as unidades federativas não respondem 1 entre cada 3 pedidos de acesso à informação recebidos, e pouco mais da metade de todos os pedidos contém respostas minimamente precisas.
2. A pesquisa aponta para a existência de práticas discriminatórias no acesso à informação. A taxa de resposta para pessoas sem ligações com qualquer instituição foi 10% inferior à taxa de resposta para pessoas com conexões institucionais; o tempo de espera para obter respostas também

1. O estudo mostra que o direito ao acesso à informação pública enfrenta disparidades significativas para sua concretização como também encontra situações em que os órgãos públicos o aplicam de forma discriminatória. Solicitantes sem perfil público identificável — muitas vezes de setores mais humildes da sociedade — estão sujeitos a receber um serviço de qualidade inferior.
2. O estudo faz recomendações como: (1) abandonar a obrigatoriedade de que o cidadão tenha que apresentar um documento de identidade para enviar o pedido de informação; (2) delimitar as exceções ao direito de acesso à informação; (3) utilizar plataformas específicas para receber pedidos de acesso à informação.

Propostas de grande impacto na renda dos mais pobres

O FGV Social ajudou a desenhar políticas sociais que integraram os diferentes níveis de governo e fizeram a diferença na vida dos brasileiros mais carentes.



Autoria: Marcelo Cortes Neri (marcelo.neri@fgv.br)

Organização: FGV Social

Apoio: Prefeitura do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Governo Federal (MDS, MPAS) e organismos Internacionais (PNUD, Banco Mundial)

Objetivo

Desenhar, implementar e avaliar programas de combate à pobreza e à desigualdade.

Raio X da pesquisa:

1. Lançamento de um conjunto de pesquisas de difusão anual, como “O Mapa do Fim da Fome” e “A Nova Classe Média” e publicação de artigos acadêmicos.
2. Participação do FGV Social como fundador do knowledge hub chamado World Without Poverty e de diversos seminários internacionais e nacionais.

Resultados:

1. O FGV Social ajudou a desenhar políticas de renda federais. Propôs a implementação do sistema de pisos salariais estaduais e a concessão de reajustes diferenciados para o piso dos benefícios previdenciários. Também sugeriu melhoramentos dos programas “Bolsa Escola” e “Bolsa Família”, como a incorporação de ações para a primeira infância e a possibilidade de uso dos cartões dos programas como cartões de débito e poupança.
2. O FGV Social desenhou e implementou programas subnacionais de transferência de renda condicionada, em particular o “Família Carioca” e o “Renda Melhor” para o município e o Estado do Rio de Janeiro, respectivamente. Nestes programas, a folha de pagamentos foi individualizada por

família a partir do hiato de pobreza. Ainda, foram utilizadas as Metas do Milênio da ONU como mecanismo de coordenação entre níveis de governo, ação premiada pela Global Development Network (GDN). Ambas características foram posteriormente adotadas no “Bolsa Família” federal por intermédio do Brasil Sem Miséria.

3. O FGV Social desenvolveu uma metodologia que avalia os ativos e a renda permanente das pessoas, e assim permite dar recursos para quem é pobre e não a quem diz que está pobre.

O que há de novo:

1. As pesquisas identificaram em primeira mão todas as principais inflexões observadas nas séries de pobreza e desigualdade nacionais dos últimos 15 anos.
2. As inovações do FGV Social potencializaram a efetividade das transferências condicionadas de renda a nível nacional, estadual e municipal e possibilitaram o crescimento da renda dos 5% mais pobres brasileiros.
3. A metodologia do FGV Social vem permitindo integrar o sistema de pagamentos sociais nos três níveis de governo: município do Rio, Estado do Rio e Governo Federal.

Um modelo para otimizar a produção de energia no país

Software permite gestão integrada dos recursos hídricos do Brasil e ajuda a evitar severas crises energéticas.



Autoria: Vincent Guigues (vincent.guigues@fgv.br) e Mario Veiga

Organização: Escola de Matemática Aplicada (EMAp)

Apoio: PSR Soluções e Consultoria em Energia

Objetivo

Contribuir para melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Levantamento e análise de problemas institucionais e técnicos na gestão dos recursos hídricos do país.
2. Análise do software utilizado hoje para gerenciar os recursos hídricos em algumas bacias brasileiras.
3. Proposição de um novo software com base em análises de estatística e otimização para gerenciamento integrado dos recursos hídricos no Brasil.

Resultados:

1. Foi desenvolvido um software que considera a interação entre usos múltiplos da água (irrigação, abastecimento das cidades, navegação, turismo, controle de cheia e produção de energia).

2. O projeto vem analisando questões institucionais e técnicas e propôs soluções detalhadas abrangendo as partes regulatória, institucional e jurídica.

O que há de novo:

1. O novo software possibilita tomar iniciativas preventivas, reduzindo o uso de água meses antes de períodos de seca de forma a evitar que não haja mais severas interrupções no fornecimento.
2. A proposição de um modelo integrado de gestão de recursos hídricos permite uma significativa economia. Por exemplo, o prejuízo com a interrupção da hidrovía do Tietê foi estimado em 200 milhões de reais. Além disso, os gastos com termelétricas em 2014 devido ao esvaziamento dos reservatórios foi por volta de 30 bilhões de reais.



As alternativas que o paulista enxerga para a redução do trânsito

Enquanto moradores do interior de São Paulo usam mais o próprio carro e menos o transporte público, os habitantes da capital apoiam rodízio de automóveis, horário flexível de trabalho e sistema de caronas.



Autoria: Carlos Augusto Costa (carlos.augusto.costa@fgv.br)

Organização: FGV Projetos

Objetivo

Avaliar os serviços de transporte no estado de São Paulo.

Raio X da pesquisa:

1. Pesquisa quantitativa a partir de mil entrevistas em São Paulo, com o seguinte perfil dos pesquisados: 27% da capital, 24% da periferia, 49% do interior.

Resultados:

1. 52% dos entrevistados declararam utilizar o carro como principal meio de transporte, seguido por ônibus (47%) e metrô (10%). No interior, 67% declararam usar carro – contra 34% na capital e 40% na periferia.
2. 81% dos residentes na capital disseram usar algum meio de transporte público, contra apenas 35% dos habitantes de cidades no interior.
3. Nos últimos dois anos, a maioria dos respondentes (51%) não alterou seus hábitos quanto à utilização do carro particular.
4. Na capital, 50% gastam mais de 45 minutos no deslocamento de casa ao trabalho; 29% gastam entre uma e duas horas.
5. Avaliam como ruim ou péssimo o trânsito: 73% dos entrevistados da capital, 45% da periferia e 27% do interior.
6. O número de carros é considerado o principal problema do trânsito na

capital (59%); a falta de educação dos motoristas destaca-se no interior (29%).

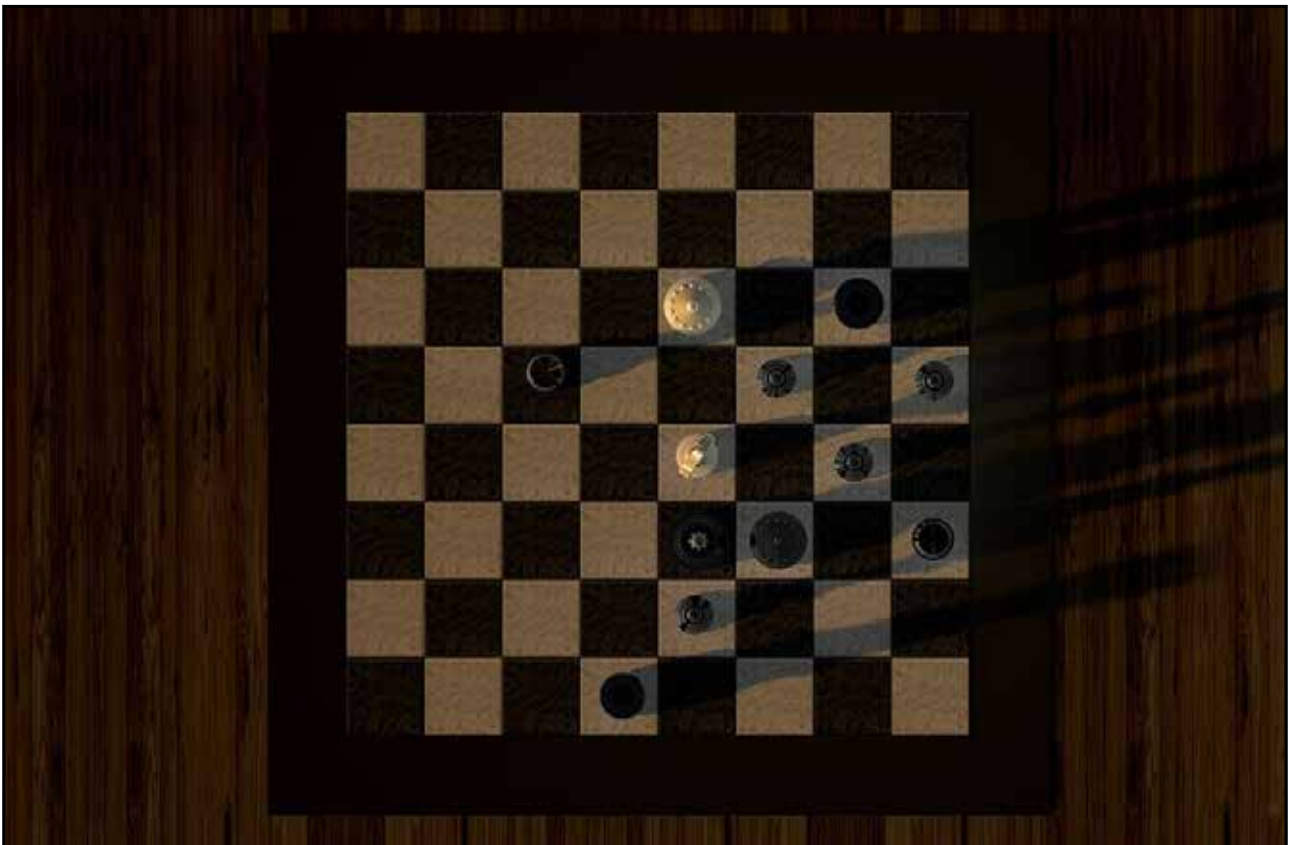
7. 82% consideram que os motoristas respeitam pouco ou não respeitam as regras do trânsito e 67% consideram a fiscalização insuficiente.
8. Para mais da metade da população, a presença da ciclovia/ciclofaixa ajuda no trânsito. Entretanto, na capital, 46% dizem que a via exclusiva atrapalha o trânsito – contra 27% na periferia e 11% no interior.
9. 69% dos entrevistados da capital acreditam que o rodízio ajuda o trânsito, 76% dos respondentes são contrários à cobrança de pedágio urbano.
10. As medidas mais citadas para melhorar a mobilidade foram: horário flexível de trabalho e sistemas de transporte coletivo privado e de caronas.

O que há de novo:

1. Na capital, onde metade da população demora mais de 45 minutos no deslocamento de casa para o trabalho, o sistema de rodízio de automóveis, horário flexível de trabalho e sistemas de transporte coletivo privado e de caronas são percebidos como ações que ajudam na mobilidade urbana.

Como funcionam as políticas estadual e municipal

Projeto mostra as particularidades do jogo entre os atores políticos nos estados e nos municípios.



Autoria: Carlos Eduardo Pereira Filho, Ciro Biderman (ciro.biderman@fgv.br), Fernando Luiz Abrucio (fernando.abrucio@fgv.br) e George Avelino Filho (george.avelino@fgv.br)

Organização: Escola de Economia de São Paulo (EESP)

Apoio: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP).

Objetivo

Investigar os efeitos de variáveis políticas sobre a alocação de recursos públicos no plano estadual e municipal no Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Levantamento de informações sobre eleitorado, candidatos, resultados, prestação de contas e filiação de 13 Estados mais o Distrito Federal e montagem de banco de dados em parceria com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
2. Análise das estratégias eleitorais dos governadores e partidos.
3. Análise dos padrões estaduais de accountability.
4. Análise das formas pelas quais o Executivo interage e procura construir maioria nas Assembleias Legislativas.

Resultados:

1. Nos pleitos estaduais, os eleitores tendem a recompensar os governadores que favorecem o crescimento do emprego estadual.
2. Gastos com certos itens orçamentários (nos estados) – particularmente, os gastos administrativos – influenciam positivamente o percentual de votos para governador.
3. Há efeitos positivos da eleição de prefeito em um determinado municí-

pio sobre o desempenho do partido do prefeito eleito nas eleições subsequentes para deputado federal e estadual.

4. Deputados federais eleitos com base no Estado de São Paulo parecem seguir primeiro uma estratégia de concentração dos eleitores nos municípios e, depois, expandirem seus planos para uma concentração regional.

O que há de novo:

1. O projeto do Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV/EESP vem identificando e caracterizando como funciona o jogo entre os atores políticos nos estados – ao analisar os efeitos das instituições e do modus operandi político sobre a alocação dos recursos públicos no plano estadual.
2. O projeto também vem verificando as relações entre as organizações partidárias locais e estaduais.
3. Foi criado um sistema em parceria com o TSE (<http://www.tse.jus.br/eleicoes/repositorio-de-dados-eleitorais>) para facilitar o acesso aos dados eleitorais por um público mais amplo.

Dilemas do Brasil

parte I

Análises para melhorar a mobilidade urbana, o desenvolvimento industrial, o salário mínimo e a política monetária.



Organização: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

Apoio: Escola de Economia de São Paulo (EESP)

Objetivo

Contribuir para discussão de temas relevantes para o Brasil – parte I.

Raio X da pesquisa:

1. Publicação de livro “Mobilidade Urbana”, com participação de 22 autores.
2. Publicação do livro “Indústria e Desenvolvimento Produtivo no Brasil”, com participação de 36 autores.
3. Publicação do livro “Política de Salário Mínimo para 2015-2018: Avaliações de Impacto Econômico e Social”, com participação de 23 autores.
4. Publicação do livro “Essays and Conversations on Monetary Policy”, a partir de ensaios de José Júlio Senna e de conversas com Affonso Celso Pastore, Laurence Ball, Charles Goodhart e Paul Volcker.
3. Salário mínimo: no livro, os autores analisam a política do ponto de vista do mercado de trabalho, da inflação, da distribuição de renda e das contas públicas.
4. Política monetária: se o mundo enfrenta uma estagnação permanente e é necessário manter taxas de juros baixas para estimular a economia, não será possível atender ao mesmo tempo os dois objetivos da política monetária, a estabilidade macroeconômica e financeira.

Resultados:

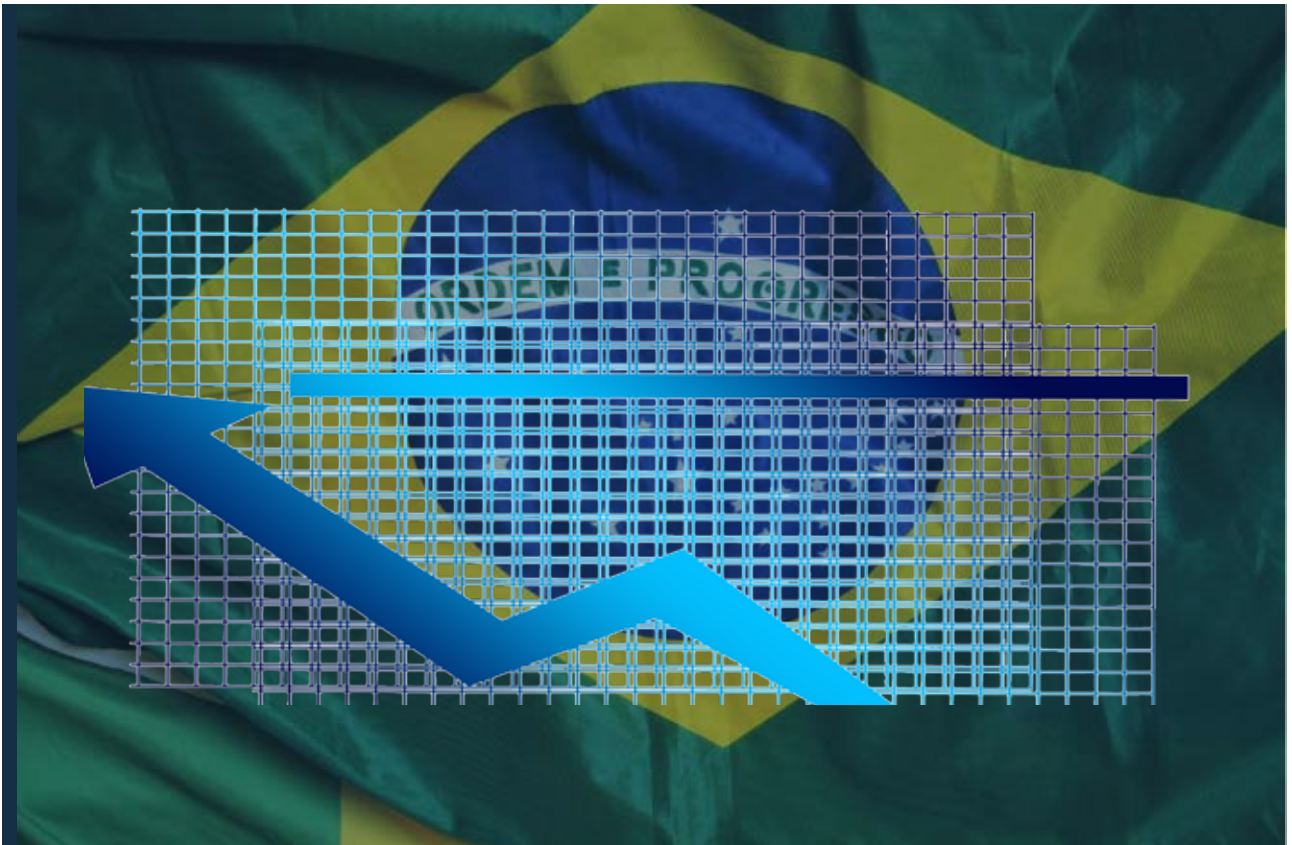
1. Mobilidade urbana: o modelo de separar as cidades em áreas residenciais, comerciais, de serviços e lazer esgotou-se. Na sociedade contemporânea, cidadãos locomovem-se cada vez mais, e não só para o trabalho, como também para saúde e lazer – e se deve valorizar redes de diferentes modos de transporte.
2. Indústria e Desenvolvimento: a indústria de transformação continua sendo a locomotiva do processo de desenvolvimento brasileiro.
1. Mobilidade Urbana: as soluções devem considerar a inter-relação entre mobilidade, uso de terra, distribuição espacial da população e densidade, e devem ser pensadas e implantadas de forma contínua e abrangente.
2. Salário Mínimo: o livro analisa sem tabu o salário mínimo, que afeta diretamente mais de um quinto dos eleitores.
3. Indústria e Desenvolvimento: somente com o aumento da participação da indústria de transformação no PIB, o Brasil poderá voltar a se desenvolver.
4. Política Monetária: o livro permite que o leitor compreenda os aspectos mais críticos dos caminhos atuais da política monetária.



Dilemas do Brasil

parte II

Análise para melhorar a infraestrutura, a informalidade e a competitividade.



Organização: Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)

Apoio: Center for BRICS Studies da Universidade Fudan (Infraestrutura)

Objetivo

Contribuir para discussão de temas relevantes para o Brasil – parte II.

Raio X da pesquisa:

1. Publicação do livro “Infraestrutura: Perspectivas do Brasil e da China”, com participação de 18 autores dos dois países.
2. Publicação do livro “Causas e Consequências da Informalidade no Brasil”, com a participação de 22 autores.
3. Publicação do livro “A agenda de Competitividade do Brasil”, com a participação de 17 autores.

Resultados:

1. Infraestrutura – Brasil e China: análises detalhadas permitem compreender planejamento, regulação e financiamento de infraestrutura na China e no Brasil.
2. Informalidade: apesar da redução da informalidade no Brasil, os percentuais ainda são altos (66,7% dos negócios e 38% dos trabalhadores são informais). Com o crescimento dos salários reais acima do crescimento da produtividade do trabalho, há dúvidas se esse processo pode continuar de forma sustentável.
3. Competitividade: a competitividade do Brasil não se restringe ao câmbio. O país tem “três raias” de competitividade. Na primeira estão a agricultura e a mineração, baseadas nos

recursos naturais do país e com alta competitividade. Na segunda estão produtos com diferenciais tecnológicos, como aviões médios – que, no entanto, são tratados com menor relevância na pauta comercial. Na terceira estão os produtos e serviços que enfrentam gargalos de infraestrutura, de produtividade da força de trabalho e de carga tributária.

O que há de novo:

1. Infraestrutura – Brasil e China: os artigos do livro mostram quais as lições que Brasil e China podem aprender um com o outro na área de infraestrutura e assim fortalecer a parceria no Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), o primeiro grande projeto administrado em conjunto pelos países do BRICS.
2. Informalidade: a redução da informalidade deve-se a diversos fatores macroeconômicos, estruturais e de mudanças na legislação e na fiscalização. Mas parece improvável que irá continuar um ambiente de crescimento econômico lento e de acentuada valorização real do salário mínimo.
3. Competitividade: é uma postura simplista acreditar que, se o câmbio se mantivesse em nível de mais competitividade, nossos problemas de competitividade internacional estariam resolvidos.

O que leva ao aumento da desigualdade de renda familiar nos EUA

Mudanças na estrutura das famílias, como o casamento entre pessoas com mesmo nível educacional e maior renda, vêm amplificando as diferenças sociais nos Estados Unidos.



Autoria: Cezar Santos (cezar.santos@fgv.br)

Pesquisadores: Jeremy Greenwood, Nezih Guner e Georgi Kocharkov

Organização: Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE)

Apoio: Institute for the Study of Labor (IZA) da University of Bonn

Objetivo

Explicar as mudanças no perfil das famílias norte-americanas, que vêm resultando num aumento da desigualdade de renda nos EUA.

Raio X da pesquisa:

1. Elaboração de um modelo estatístico que considera decisões sobre: casamento/divórcio; estudar/não estudar; mulheres casadas vão trabalhar ou não; trabalho qualificado/não qualificado. O modelo leva em conta ainda fatores como mudanças tecnológicas que facilitam o trabalho doméstico e a diferença entre remuneração de homens e mulheres.
2. Teste do modelo com dados dos EUA de 1960 e de 2005.

Resultados:

1. O progresso tecnológico nas residências foi responsável pela maior parte do crescimento da participação de mulheres casadas na força de trabalho. A redução da desigualdade na remuneração entre homens e mulheres teve papel secundário nesse processo.
2. Os avanços tecnológicos nas residências também explicam a queda no número de casamentos e o aumento do número de divórcios.

3. As mudanças nas estruturas dos salários ajudam a explicar as decisões de estudar ou não, e o aumento no casamento entre pessoas de mesmo nível educacional.
4. Enquanto o crescimento dos ganhos daqueles mais qualificados está na raiz do aumento das desigualdades de renda, as mudanças na estrutura familiar amplificam esse mecanismo. Mulheres com menor nível educacional – e menores ganhos financeiros – tendem a se casar com homens na mesma condição. O aumento da participação das mulheres casadas na força de trabalho também aprofunda essa desigualdade de renda entre as famílias.

O que há de novo:

1. Nos Estados Unidos, as pessoas são mais propensas hoje a casar com alguém da mesma classe socioeconômica do que no passado. Ao mesmo tempo, as mulheres têm maior nível educacional e o número de divórcios cresceu. Todos esses fatores estão ligados a uma ampliação da desigualdade de renda entre as famílias. O estudo desenvolve um modelo que explica como isso acontece.

Para alocar eficazmente recursos para refeições nas escolas brasileiras

Cálculos que diferenciam regiões, perfil socioeconômico e tamanho de escolas evidenciam que custo com alimentação dos alunos é maior no Sul e Sudeste e menor no Norte e Nordeste.



Autoria: André Portela (andre.portela.souza@fgv.br)

Organização: Escola de Economia de São Paulo (EESP), Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada (C-Micro)

Apoio: World Food Program (WFP) e Centers for Learning on Evaluation and Results (Clear)

Objetivo

Criar uma metodologia para calcular o custo e aprimorar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Raio X da pesquisa:

1. Decomposição dos custos diretamente associados às refeições nas escolas públicas do ensino básico em três categorias: número de refeições servidas, custos com refeições e custos com infraestrutura para servir refeições.
2. Divisão das escolas em 45 perfis, de acordo com: cinco regiões do Brasil; em cada região, três perfis socioeconômicos do município; e, para cada um, três tamanhos de escola.
3. Análise estatística de dados a partir de dois cálculos: o primeiro que considera variáveis básicas mais as regionais e o segundo que considera as variáveis básicas mais as de infraestrutura.

Resultados:

1. As regiões Sul e Sudeste apresentaram o maior custo por refeição: 1,55 dólares no Sudeste seguindo o primeiro cálculo (que enfatiza variáveis regionais) e 1,30 dólares no Sul considerando o segundo cálculo (que considera variáveis de infraestrutura).
2. As regiões Nordeste e Norte apresentaram o menor custo por refeição: 0,89 dólares no Nordeste pelo

primeiro cálculo e 0,90 dólares no Norte pelo segundo cálculo.

3. Escolas em municípios de médias condições socioeconômicas apresentaram maior custo por refeição do que aquelas em municípios com perfil socioeconômico alto e baixo.

O que há de novo:

1. O PNAE é o segundo maior programa de alimentação escolar do mundo, e o maior entre os programas públicos universais. A metodologia desenvolvida pelo estudo permite compreender melhor este programa e seus mecanismos de transmissão, o que pode servir como um parâmetro para a implementação ou expansão de programas similares em outros países em desenvolvimento.
2. O estudo do Centro de Estudos em Microeconomia Aplicada da FGV/EESP mostra que, considerando a heterogeneidade do Brasil em termos de condições socioeconômicas, é preciso ter cautela ao estabelecer transferências para alimentação escolar – e respeitar as diferenças regionais, de perfis socioeconômicos e de tamanhos de escola.

Qual é o jogo das potências emergentes

Os países que despontam no mundo ainda não têm nem o interesse nem a capacidade de articular uma nova ordem global.



Autoria: Alexandre Moreli (alexandre.moreli@fgv.br), Elena Lazarou (elena.lazarou@fgv.br), Matias Spektor (matias.spektor@fgv.br) e Oliver Stuenkel (oliver.stuenkel@fgv.br)

Organização: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC)

Apoio: The Hewlett Foundation, Stanton Foundation, Carnegie Corporation of New York, Bosch Foundation e Fundação Konrad Adenauer

Objetivo

Estudar o impacto dos países emergentes na ordem global contemporânea e nas relações internacionais do Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Oficinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História Global e Relações Internacionais, com treino de jovens pesquisadores.
2. Programa para a vinda de jovens doutores estrangeiros da área de segurança internacional para o Brasil.
3. Realização de debates sobre temas como Atlantismo, BRICS e o programa nuclear brasileiro.
4. Organização anual da Semana da Europa, com a participação de pesquisadores e formuladores de políticas de diversos países.
5. Produção de vídeos com especialistas da área de Relações Internacionais.
6. Publicação de livros.

Resultados:

1. Não existe uma definição comum sobre quem pertence ao grupo de potências emergentes. Além disso, tais potências não agem de maneira homogênea e coerente.

2. É necessário analisar a perspectiva de cada ator quanto a desafios específicos. Enquanto a China é o país de maior peso econômico, nas operações de paz seu papel é menos significativo do que outros atores em ascensão, como a Índia.
3. As potências emergentes não têm uma visão anti-hegemônica comum. Ao contrário, elas discordam quanto a questões normativas (como a soberania), a questões de narrativas (como o capitalismo laissez-faire) e a questões práticas (como mudanças climáticas).

O que há de novo:

1. A tendência em relação à multipolaridade é inexorável, o que significa um desafio para o status quo. O grupo de países que faz alguma diferença nas relações internacionais tende a ser menos ocidental, com menos interesses em comum e com mais diversidade ideológica.
2. Vivemos atualmente uma fase de desconcentração e de deslegitimação do poder da hegemonia, mas não parece que estamos perto de uma fase de armamentismo e formação de alianças.



Soluções para os resíduos sólidos no Brasil

Até 2031, R\$ 10,3 bilhões devem ser investidos em um sistema de coleta e tratamento que considere as particularidades e heterogeneidades do país.



Autoria: Gesner José de Oliveira Filho (gesner.oliveira@fgv.br)

Organização: Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais

Apoio: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe)

Objetivo

Estimar investimentos necessários para universalizar os serviços de tratamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos sólidos no Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Análise da conjuntura atual do tratamento dos resíduos sólidos no Brasil.
2. Estudo das principais tecnologias para tratar resíduos sólidos urbanos, em cumprimento às diretrizes da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS).
3. Estimativa dos investimentos necessários para a adequação do tratamento e destinação correta de resíduos sólidos no país.
5. Devido às características do país, o modelo ideal envolve coletar separadamente resíduos secos, úmidos e outros (contaminados, por exemplo). Os úmidos iriam para compostagem e os rejeitos para aterros sanitários; os secos para centrais de triagem e, depois, reciclados ou destinados a tratamento térmico/aterros sanitários; outros tipos de resíduos para tratamento térmico ou aterros sanitários. Nos aterros haveria recuperação de gases da decomposição.

Resultados:

1. Dos 5.570 municípios do país, 3.344 ainda dispõem seus resíduos de forma inadequada, em aterros controlados e lixões.
2. A universalização da coleta de resíduos sólidos tardará mais do que o estipulado pelo governo, pois na região Norte houve até queda (de 88% em 2002 para 80% em 2013) na porcentagem de resíduos coletados.
3. Com o crescimento atual de 2,2% ao ano no número de municípios que realizam coleta seletiva, a universalização deste serviço ocorreria perto de 2044.
4. Até 2031, deveriam ser investidos R\$ 10,3 bilhões para implantação da infraestrutura adequada para receber e tratar os resíduos gerados no país. Os custos operacionais seriam da ordem de R\$14,32 bilhões ao ano.
6. Há baixa correlação entre riqueza da população e valor necessário para adequar os serviços. Por exemplo, a cidade de Brasília, mesmo com o alto valor de PIB per capita, está atrasada no setor de resíduos sólidos. Por outro lado, há estados pobres que não precisam de tantos investimentos, pois não geram tantos resíduos, como o Acre. Outros, entretanto, são pobres mas geram muitos resíduos, como Alagoas, e só conseguirão investir por meio de consórcios e agrupamentos municipais.

O que há de novo:

1. A maioria dos municípios brasileiros ainda precisa se adequar à lei, no que diz respeito à disposição final dos resíduos sólidos.
2. O estudo define as alternativas mais adequadas à realidade brasileira.

Como delegar a gestão de presídios à iniciativa privada

Estudo sobre a primeira Parceria Público-Privada (PPP) do Complexo Penal do Brasil, em Minas Gerais, mostra que este modelo oferece mecanismos de controle mais rígidos do que a terceirização.



Autoria: Fernando S. Marcato (fernando.marcato@fgv.br)

Organização: Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais

Objetivo

Avaliar o modelo de Parceria Público-Privada (PPP) do Complexo Penal de Ribeirão das Neves – MG.

Raio X da pesquisa:

1. Visita ao presídio Ribeirão das Neves – MG.
2. Realização de entrevistas com representantes do governo do Estado de Minas Gerais, concessionária privada e profissionais do ramo.
3. Realização de debate e produção de artigo sobre o assunto.

Resultados:

1. O modelo de PPP difere de outros modelos de terceirização de presídios comumente criticados por entidades da sociedade civil, pois os prazos são mais longos, há índices de desempenho mais rígidos e cláusulas de incentivo para a melhoria da prestação de serviços.
2. No modelo brasileiro, ao contrário do norte-americano, a concessionária privada não pode lucrar com a exploração do trabalho dos detentos,

apenas identificar empresas para as quais os presos podem prestar serviços.

O que há de novo:

1. A pesquisa fez uma análise independente e empírica do funcionamento da primeira PPP de Presídios do país, levantando os limites e possibilidades do modelo.
2. É preciso muito cuidado na forma de avaliar o desempenho da concessionária. Para isso, o estudo recomenda que os indicadores sejam monitorados por um verificador independente.
3. O instrumento de PPP não resolve todo o sistema carcerário – não funciona, por exemplo, para presídios de segurança máxima. Por outro lado, é um instrumento que pode auxiliar em várias etapas de cumprimento de pena (como na reinserção dos detentos) e viabilizar métodos alternativos ao encarceramento.



Rumo à universalização dos serviços de saneamento

Lei de incentivo fiscal tem potencial para aumentar investimentos, mas é preciso também melhorar planejamento, regulação e gestão das concessionárias.



Autoria: Gesner José de Oliveira Filho (gesner.oliveira@fgv.br)

Organização: Grupo de Economia da Infraestrutura e Soluções Ambientais

Objetivo

Avaliar projeto de lei que prevê incentivos fiscais para aumentar investimentos na área de saneamento no Brasil.

Raio X da pesquisa:

1. Análise do projeto de lei 95/2015.
2. Levantamento do histórico de investimentos das empresas de saneamento.
3. Análise das projeções de investimento do Plano Nacional de Saneamento Básico que prevê universalização dos serviços até 2033.

Resultados:

1. São investidos 12 bilhões de reais anualmente em saneamento. Para cumprir as metas do Plano Nacional, este número deveria ser da ordem de 19 bilhões.
2. O projeto de lei 95 prevê que investimentos em saneamento básico sejam utilizados como créditos perante o PIS/Pasep e o Cofins por parte das concessionárias (70% estaduais, 20% municipais e 10% privadas). Com esse incentivo, é possível aumentar em 2 bilhões o investimento anual no setor.

O que há de novo:

1. O projeto de lei analisado foi aprovado e virou lei (13.329) em agosto de

2016. Faltava regulamentar o mecanismo de benefício fiscal em função do cálculo do custo de renúncia fiscal versus os benefícios diretos e indiretos da lei.

2. Esses benefícios envolvem a redução de gastos de saúde (por exemplo, a universalização do saneamento pode levar a uma redução de 46 mil casos de diarreia/ano em famílias de baixa renda somente no Estado de São Paulo), valorização imobiliária (de 18% para imóveis antes sem água ou esgoto), aumento de postos de trabalho (cada 120 mil reais investidos em saneamento, um posto de trabalho) e aumento de arrecadação (por aumento da cobertura da rede de saneamento).
3. A nova lei é insuficiente para que se cumpra o Plano Nacional, pois ainda há três aspectos a melhorar: planejamento (55% dos municípios não têm Plano Municipal de Saneamento), regulação (as agências são incipientes e as tarifas são baixas, principalmente para consumidores de alta renda) e gestão (em média, a perda de água no sistema é de 37%; em alguns estados, é superior a 50%).

